

# CONGRESSO E GOVERNO TROCAM ACUSAÇÕES SOBRE O IMPASSE

## Nova mensagem irrita parlamentares

BRASÍLIA — A decisão do Governo de enviar nova mensagem orçamentária ao Congresso provocou protestos indignados de parlamentares e Secretários de Fazenda. O Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), afirmou que "o Governo tenta frustrar uma determinação constitucional que deu ao Congresso poderes para legislar sobre matéria econômica."

A intenção do Governo foi comunicada ao Governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, pelo Presidente Sarney, ao meio-dia. Quêrcia ligou imediatamente para a casa do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que transmitiu a informação à Comissão. Sarney teria dito ao Governador paulista que se valeria dos poderes de retirar a mensagem anterior, mesmo sabendo do prejuízo à ordem constitucional.

— O Presidente praticou um ato dentro da sua legitimidade, mas não sei se com isso contribuiu para a harmonia entre Executivo e Legislativo — reagiu o Presidente da Comissão, ao anunciar o cancelamento da reunião marcada para início da discussão e votação do orçamento.

O Líder do PMDB na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro, chamado ao Palácio para mediar novas negociações, atribuiu o fracasso dos entendimentos à inflexibilidade da área econômica. Segundo ele, em nenhum momento foi possível identificar boa vontade da parte do Ministério do Planejamento para a reivindicação dos governadores. Confessou-se surpreso com a falta de sensibilidade do Governo, que não arredou "um milímetro da sua proposta original".

O Vice-Presidente da Comissão, Deputado César Maia (PDT-RJ), não



Cid Carvalho: 'desrespeito a Carta'

chegou a surpreender-se com a atitude do Executivo:

— O desrespeito ao Poder Legislativo é normal do Governo Sarney. O Presidente quer manter um clima de instabilidade, em lugar de promover o entendimento. A crise do País chama-se José Sarney — afirmou.

Os Secretários de Fazenda de São Paulo e Rio de Janeiro, José Machado Campos Filho e Antônio Cláudio Sochaczewski, afirmaram que não será sobrecarregando os Estados que a União conterá o déficit público.

Antes da reunião da Comissão, marcada para as 21h, Cid Carvalho e os Deputados César Maia e Nelson Jobim discutiam alternativas para contornar o que chamaram de manobra do Governo. Cid Carvalho antecipou que a melhor estratégia seria iniciar a votação antes do retorno do Presidente José Sarney da Argentina, impossibilitando novas articulações do Executivo.

## Costa Couto: Executivo fez sua parte

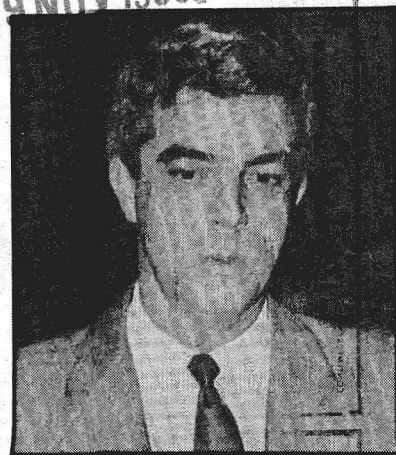
BRASÍLIA — O Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, atribuiu ontem ao Congresso Nacional a responsabilidade pelo encerramento das negociações em torno de propostas alternativas para a rolagem da dívida externa dos Estados. O Ministro deixou claro que o Poder Executivo cumpriu o seu papel, cabendo agora ao Congresso Nacional exercer as prerrogativas que a Constituição lhe confere. Costa Couto ainda alertou que sem a queda no déficit público o País poderá retomar a perspectiva de hiperinflação, com consequências imprevisíveis.

— Se a médio prazo houver o retorno da hiperinflação, o País poderá mergulhar numa trajetória que a gente sabe como começa e não sabe como acaba — afirmou.

De acordo com o relato do Ministro, os representantes do Congresso encerraram definitivamente qualquer possibilidade de negociação no início da tarde, o que motivou a decisão do Presidente José Sarney de manter a proposta anterior do Governo.

Essa nova mensagem, na verdade, apenas consagra o teor do último documento apresentado pelo Executivo ao Congresso, confirmando a manutenção da exigência de que os estados paguem uma parcela de 25 por cento da rolagem de suas dívidas externas. As dúvidas a que se referiu Costa Couto estão relacionadas à possibilidade de uma segunda mensagem do Governo sobre o orçamento da União — a primeira foi encaminhada ainda em agosto — fosse caracterizada como emenda e não como projeto de lei orçamentária.

O desfecho dos entendimentos mantidos entre o Executivo e os par-



Costa Couto culpa o Congresso

lamentares significou também a retirada da proposta apresentada pelo Governo de abrir um espaço da ordem de Cz\$ 120 bilhões no orçamento do próximo ano para absorver as emendas apresentadas pelo Legislativo e que implicavam aumento de despesas para o Tesouro. Segundo as informações transmitidas pelo relator da comissão mista do Congresso, Senador Almir Gabriel, a Costa Couto, o impacto das emendas originalmente apresentadas pelos parlamentares chegava a Cz\$2,8 trilhões, posteriormente reduzido para Cz\$ 400 bilhões no âmbito da própria comissão.

O Ministro fez declarações enfáticas sobre a necessidade de uma redução dramática no déficit público para que seja possível controlar a inflação e retomar o crescimento econômico. O pacto social, acrescentou, só terá sucesso completo na medida em que se completar o processo de saneamento das finanças públicas.